



O GÊNERO LINGUÍSTICO NOS ESPAÇOS VIRTUAIS DE MILITÂNCIA FEMINISTA: uma análise de alianças e oposições

Laís Virginia Alves Medeiros¹

1 INTRODUÇÃO

O feminismo, movimento que teve suas primeiras manifestações no Brasil durante o século XIX e que, desde então, mantém-se como um movimento fragmentado quanto às aspirações, objetivos e estratégias (PINTO, 2003), conheceu uma nova e eficaz forma de propagar suas ideias com a popularização da Internet. O surgimento de blogs e sites dedicados ao debate sobre questões de gênero trouxe também questionamentos sobre a forma como as discutimos: que língua é esta que possibilita questionar? Não seria ela mesma um reflexo e uma forma de manutenção dos combatidos papéis de gênero? E, se fosse, haveria modos de intervir sobre ela?

Numa tentativa de tornar feminista a língua em que se debate o feminismo, foram publicados textos e manuais a respeito da (não) marcação de gênero, dividindo opiniões sobre a pertinência desses recursos. O movimento feminista é conhecido por sua pluralidade, e, sob o guarda-chuva do feminismo, repousam vertentes bastante divergentes entre si. Não se poderia esperar, então, que houvesse consenso quanto à questão da língua.

Nesse sentido, este artigo analisa, sob a perspectiva da Análise de Discurso pêcheutiana, os embates dentro da Formação Discursiva Feminista no que diz respeito à língua, considerando as posições-sujeito em aliança e divergência e os pré-construídos sobre língua que sustentam essas posições. Como corpus de análise, trago os textos *Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero*, publicado em 2013 no blog *Batatinhas*; *Minimanual dx guerrilheirx lingúisticx*, publicado em 2013 na revista digital Geni, e *Manual para uso não sexista da linguagem*, publicado em 2006, resultante de uma parceria entre o Fundo de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra Solange Mittmann. Bolsista CAPES/FAPERGS (lais.medeiros@ufrgs.br).

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e a Rede de Educação Popular Entre Mulheres da América Latina.

2 DE QUE FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? UMA DELIMITAÇÃO

Tendo em mente a existência de diferentes vertentes dentro do movimento feminista, cabe, neste primeiro momento, delimitar de qual feminismo este artigo tratará. Não intento fazer uma revisão histórica do movimento feminista, tampouco descrever as principais vertentes, mas, sim, contextualizar e caracterizar a vertente que mais dialoga com as questões linguísticas de que tratarei: o transfeminismo, movimento que pode ser enquadrado na terceira onda do feminismo e que se encontra em processo de construção no Brasil.

Falar em feminismo implica falar em gênero. Quanto a ele, se suas definições são variadas de acordo com a abordagem de cada ciência, para o movimento feminista haveria certo consenso:

Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

Foi nessa tentativa de transformação que o transfeminismo encontrou espaço para voltar seu olhar às pessoas trans, definidas como:

peçoas que vivenciam papeis de gênero fora dos modelos normativos predominantes na sociedade, as quais se pode denominar genericamente como integrantes da população “transgênero”, composta predominantemente por travestis e transexuais, mas também por quaisquer outras peçoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (JESUS, 2013, p. 1)

Entre os princípios do transfeminismo, são citadas a “desconstrução das identidades binárias (respeitar as peçoas, transgênero ou cisgênero, que se enquadram no binarismo homem x mulher, sem excluir aquelas que não se enquadram nesse modelo)” (JESUS, 2013, p. 6) e a “terminologia (evitar termos que essencializem ou invisibilizem as identidades trans)” (JESUS, 2013, p. 6).

Assim, tanto a língua quanto o não binarismo se revelam questões caras e fundamentais para o transfeminismo. Como “a internet tem sido o campo principal dos debates transfeministas” (JESUS, 2013, p. 6), e boa parte desses debates ocorre através de textos escritos, a necessidade de estratégias linguísticas de inclusão ficou bastante evidente para as² ciberativistas, que se percebiam excluídas da língua ao falarem sobre si mesmas. Ora, como uma língua que enquadra as palavras em dois gêneros, masculino e feminino, poderia abarcar as necessidades de expressão de um movimento que prega o não binarismo?

Assim, ainda que algumas iniciativas de neutralização da linguagem não se identifiquem como transfeministas, é nesse movimento que se desenvolve o maior debate sobre o tema. Como seria equivocados relacionar a preocupação com a linguagem ao feminismo de modo geral (com suas tantas e tão diferentes vertentes), optei por relacioná-la ao transfeminismo, baseada na constante recorrência dessa inquietação dentro dessa vertente.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA

Ao trabalhar com os textos que serviram de inspiração a esta análise, muitos questionamentos surgiram: a língua é machista? É possível mudar a língua? A língua faria mesmo diferença na militância? Qual é a importância da língua? E uma questão reverberava acima de todas: que língua?

A língua de que falo aqui, filiada à Análise do Discurso pechêutiana (doravante AD), é aberta aos deslizamentos, ao equívoco e à contradição, de tal forma que estes a constituem. Diferentemente da concepção sistêmica consagrada por algumas correntes da linguística, para a AD a língua é lacunar e movente, sendo uma base comum para diferentes processos discursivos (PÊCHEUX, 2009). É observada em sua materialidade, em sua opacidade, pensada por meio do atravessamento ideológico (DE NARDI, 2007). Entrelaçada à exterioridade, é concebida como uma materialidade que constrói e produz sentidos na relação do sujeito com o ideológico

² Minha escolha pela forma feminina para generalizações se deve não apenas ao fato de que boa parte das pessoas aqui citadas têm identidade de gênero feminina, mas também pela aderência à forma de escrita não binária, que recomenda que se use a palavra “pessoas” para se referir a qualquer coletivo.

e o histórico (LORENSET, 2013). Essa relação pode ser mais bem esclarecida através do conceito de Formação Discursiva, postulado por Pêcheux como:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Assim confirmamos a não univocidade da língua, que permite que os sentidos sejam diferentes de acordo com a Formação Discursiva em que o sujeito se inscreve. Longe de ser um instrumento de comunicação que possa ser utilizado por um locutor estrategista e consciente de suas escolhas, a língua é a materialidade do discurso, que, através do imaginário, media a relação do sujeito com a realidade (DE NARDI, 2011).

Dentro dessa complexa relação entre língua e sujeito se encontra um conceito fundamental para a análise aqui proposta; trata-se do imaginário de língua, considerado em oposição ao real da língua. Sobre este, trago as definições de De Nardi: “a possibilidade de se trabalhar o equívoco como elemento constitutivo da língua” (2011, p. 121) e de Gadet e Pêcheux: “o impossível que lhe é próprio” (2004, p. 52, apud De Nardi, 2011), que evidenciam uma filiação a Milner (1987), para o qual o real da língua remetia ao impossível por ela comportado. Quanto ao imaginário de língua, este é definido como “um conjunto de dizeres que, sedimentados, apresentam-se para o sujeito como ‘a verdade’ sobre a língua” (DE NARDI, 2011, p. 123). Cabe atentar para a pluralidade desse imaginário: para formações discursivas diferentes, imaginários diferentes.

Igualmente importantes são os conceitos de língua imaginária e língua fluida propostos por Orlandi (2009). Para a autora, temos em nosso imaginário a impressão de uma língua “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle” (p.18), fixada em regras, fórmulas e sistematizações. Seria esta a língua imaginária. Já a língua fluida é a língua em movimento, em mudanças contínuas, sem limites, “que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na

sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente” (p. 18). Assim, para trabalhar com a língua em funcionamento, é preciso considerar a tensão constante existente entre a língua fluida e a língua imaginária.

4 O SUJEITO E SUA INTERPELAÇÃO

Se admitimos a relação constitutiva entre língua e sujeito, cabem algumas considerações sobre este último para melhor embasar nossa análise.

O sujeito convocado pela AD é afetado pelo inconsciente, na constituição de sua psique, e pela ideologia, na constituição social (INDURSKY, 2008, p. 11):

o sujeito, assim constituído, é histórico, ideológico, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente. Ou seja: o sujeito é interpelado ideologicamente, mas não sabe disso e suas práticas discursivas se instauram sob a ilusão de que ele é a origem de seu dizer e domina perfeitamente o que tem a dizer.

Dessa forma, a noção de sujeito se relaciona diretamente à noção de Formação Discursiva anteriormente referida: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 2009, p. 150). Essa identificação não se dá sempre de forma uniforme e sem conflitos, o que nos leva a considerar a forma-sujeito e seus desdobramentos.

O sujeito se identificaria com uma Formação Discursiva pelo viés da forma-sujeito, descrita nas primeiras formulações como dotada de bastante unicidade, repercutindo na concepção de Formação Discursiva (INDURSKY, 2008), cuja heterogeneidade não foi reconhecida desde o princípio. O conceito de forma-sujeito introduz também o de tomada de posição, “compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para se atravessar” (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Essas formulações iniciais foram revistas a ponto de ser possível falar em modalidades da tomada de posição, ou diferentes modos de se identificar com os saberes de dada Formação Discursiva: a identificação plena, a contra-identificação e a desidentificação (INDURSKY, 2008).

Assim, a identificação plena caracteriza o discurso do bom sujeito, numa superposição do sujeito do discurso ao sujeito universal da formação discursiva, reduplicando os saberes da Formação Discursiva sem questioná-los. A contra-identificação caracteriza o discurso do mau sujeito, que contesta, duvida e se afasta dos saberes da Formação Discursiva com a qual está identificado – sem chegar a desidentificar-se, no entanto. A desidentificação acontece quando o sujeito se desloca de uma Formação Discursiva a outra, deixando de se identificar com os saberes da antiga para se identificar com os da nova (INDURSKY, 2008).

Uma consequência do desdobramento da forma-sujeito é a percepção da heterogeneidade e da porosidade da Formação Discursiva, que permitem que outros saberes ali adentrem e reverberem, repercutindo no modo como os sujeitos com ela se identificam. Outra, diretamente relacionada com a primeira, é a possibilidade de se estabelecerem diferentes posições-sujeito dentro de uma Formação Discursiva, mais ou menos identificadas com seus saberes; dada a heterogeneidade da Formação Discursiva, é compreensível que os saberes que a atravessam repercutam diferentemente entre os sujeitos com ela identificados.

Essa diversidade, aliada aos conceitos sobre língua anteriormente referidos, norteará a análise aqui proposta, buscando compreender como diferentes saberes e posições-sujeito coexistem no debate sobre uma língua feminista ou não binária.

5 DEIXANDO O X PARA TRÁS NA LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO E MINIMANUAL DX GUERRILHEIRX LINGUÍSTICX: DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO NA MESMA FD

O primeiro texto aqui analisado foi escrito em resposta a uma das formas utilizadas por militantes na Internet para questionar o gênero das palavras: a substituição das vogais de desinência de gênero “a”, “e” e “o” pela consoante “x”. Um exemplo de uma oração construída com essa substituição seria “todxs xs professorxs devem acompanhar xs alunxs até a sala”. O texto pretende ensinar modos de falar de forma neutra sem recorrer à consoante “x”.

Assim, nas considerações iniciais do texto, encontramos:

SD1 - é importante perceber que construções neutras de gênero são importantes para tornar o mundo mais visível às pessoas trans* não-binárias, e que ocupamos um local importante nesta discussão sobre neutralidade e sobre o uso da linguagem demarcada. Em nossos cotidianos, as marcações de gênero e as tentativas de torná-las neutras ou melhores frequentemente nos esquecem, como nos famosos “todas e todos”, “homens e mulheres”, “senhoras e senhores”, “masculino e feminino”, “todos/as”, “srs(as)” etc (DEIXANDO).

A autora se inclui no grupo de “pessoas trans* não-binárias”³ ao utilizar a primeira pessoa do plural (“ocupamos”, “nossos cotidianos”) e demonstra levar em conta a importância da língua para a visibilidade trans*, o que revela sua concordância com os princípios do transfeminismo anteriormente mencionados. Com base nisso, vejo aí a identificação desse sujeito com uma Formação Discursiva que chamarei de Transfeminista. As características dessa FD que serão levadas em conta na análise são a consideração da pertinência das formas linguísticas para a militância e a concepção de gênero como não binário.

Em seguida são elencados os motivos pelos quais a utilização do “x” não é considerada uma estratégia válida:

SD2 - O X não torna as coisas mais fáceis de entender. Quanto mais simples e direta for a nossa linguagem, melhor poderemos nos fazer entender. Quando a intenção é fazer textos fáceis e didáticos, o X pode ser um constante entrave para quem está lendo (DEIXANDO).

Um interessante imaginário sobre língua pode ser percebido nessa sequência discursiva: o de que a língua teria a função de fazer as pessoas se entenderem. Além disso, trabalha-se com a possibilidade de a língua possuir diferentes níveis de inteligibilidade: haveria uma língua mais simples e direta (a que não considera a inserção do “x”) e outra mais complexa e indireta (a que, considerando a inserção do

³ O termo “trans” frequentemente aparece com um asterisco ao lado: “trans*”. Uma publicação no blog Transfeminismo explica o motivo da grafia: “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans ‘embaixo do guarda-chuva’ (TRANS*).

“x”, dificulta a compreensão). Assim, se o “x” não facilita o entendimento e pode ser considerado um entrave, dentro desse imaginário de uma língua funcional, não haveria por que utilizá-lo. No entanto, outro texto (VISNADI, 2013), discutindo a mesma temática, traz uma análise interessante sobre esse entrave:

SD3 - o xis é praticamente uma rasura, uma negação explícita desse binarismo machista. Ele causa um baita estranhamento, dificulta, trava a leitura. E é justamente essa a intenção! Interromper o automatismo do nosso olhar, mexer na zona de conforto é um jeito de chamar a atenção para relações de violência que passam despercebidas, que são legitimadas sob a carapuça da naturalidade – ou da neutralidade.

Aqui, outro imaginário de língua sustenta uma diferente tomada de posição em relação ao “x”. A língua deixa de ser um dos modos de fazer as pessoas se compreenderem para se tornar um modo de sair da zona de conforto, de causar estranhamento. Diferentemente do texto anterior, que busca explicar formas de neutralizar a língua, neste a neutralidade é vista como algo negativo que deve ser rasurado.

Baseada nesses diferentes imaginários sobre língua, estabeleço duas posições-sujeito dentro da FD transfeminista: a PS1, contrária à utilização do “x” e favorável à neutralidade, e a PS2, favorável à utilização do “x” e contrária à neutralidade.

Voltando ao texto no qual identifiquei a PS1, trago outra sequência discursiva igualmente pertinente quanto ao imaginário de língua:

SD4 - O X não transformará a linguagem. Se o X é restrito à língua escrita, então ele não irá alterar a forma como falamos! Isso significa que ele não influenciará como, no dia-a-dia, nos referimos às pessoas, e que no fim das contas nós continuaremos a nos tratar de forma generificada (DEIXANDO).

Considerando as diferenças entre língua escrita e língua falada e identificando a utilização de “x” como pertencente somente à escrita, esse sujeito nega que a estratégia tenha validade, pois, em seu imaginário de língua, as alterações só são influentes quando incorporadas à língua falada.

Uma tomada de posição diferente acontece no texto em que foi identificada a PS2, como podemos observar na sequência discursiva:

SD5 - Obviamente, trocar uma letra de algumas palavras não vai, por si só, fazer ruir o patriarcado. E, mesmo no âmbito da linguagem, essa é uma decisão que se restringe à escrita, ficando inviável na fala. Mas, de todo modo, é uma estratégia pontual que temos usado na Geni – e que este texto abre pra debate (VISNADI, 2013).

Para PS2, os limites da utilização do “x” são igualmente reconhecidos, porém, não são suficientes para descartar a estratégia. Nesse imaginário de língua, que a vê como objeto e instrumento de debate e desacomodação, não é preciso que a forma linguística tenha um grande potencial transformador para ser levada em conta – basta que transgrida.

Assim, foi possível identificar duas posições-sujeito dentro da FD transfeminista, as quais se diferem por imaginários de língua distintos e, por consequência, pela forma que consideram ser a mais adequada para tratar das questões linguísticas no que se refere a gênero.

6 MANUAL PARA USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM: MESMOS SABERES, DIFERENTES FDS

O *Manual para uso não sexista da linguagem* é uma leitura indicada ao final do primeiro texto aqui analisado, *Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero*. Nesse sentido, imagina-se ser possível encontrar entre ambos os textos mais semelhanças do que diferenças – se não nas materialidades discursivas, pelo menos nas Formações Discursivas. No entanto, a relação que se estabelece entre eles é marcada por distanciamentos e silenciamentos.

Na sequência discursiva abaixo, retirada das primeiras páginas do Manual, é possível identificar um imaginário de língua semelhante ao da PS1 da FD transfeminista:

SD 6 - a linguagem é um dos agentes de socialização de gênero mais importantes ao moldar nosso pensamento e transmitir uma discriminação por motivo de sexo. A língua tem um valor simbólico enorme, o que não se nomeia não existe, e durante muito tempo, ao utilizar uma linguagem

androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas (MANUAL, p. 13).

As questões linguísticas aparecem, mais uma vez, como fundamentais para a visibilidade e para o término da discriminação. Uma diferença, porém, chama atenção desde o princípio: as alterações linguísticas propostas pelo Manual pretendem incluir as mulheres numa língua que é sempre marcada pelos e para os homens, sem, no entanto, considerar que o gênero pode ser não binário – como se prega na FD transfeminista.

O silenciamento sobre o não binarismo é evidenciado em todo o decorrer do texto e pode ser exemplificado pelas seguintes sequências discursivas:

SD7 - Tudo isso torna patente a necessidade e a urgência de fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para **ambos os sexos** nas instituições públicas, evitar a confusão, negação ou ambigüidade; é isso que iremos aprofundando ao longo destas páginas (MANUAL, p. 4, grifo meu).

SD8 - É necessário nomear as mulheres, torná-las visíveis como protagonistas de suas vidas e não vê-las apenas no papel de subordinadas ou humilhadas. É necessária uma mudança no uso atual da linguagem de forma que apresente equitativamente **as mulheres e os homens** (MANUAL, p. 14, grifo meu).

Para analisar os efeitos de sentido desse silenciamento, recorro a Orlandi (1997, p. 55), segundo a qual “dizer e silenciar andam juntos”. Assim, o silêncio não é visto como um vazio, mas como constituinte dos sentidos tanto quanto as palavras: “a hipótese de que partimos é que o silêncio é a própria condição da produção do sentido” (ORLANDI, 1997, p. 70), e, para compreendê-lo, é preciso “considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos” (ORLANDI, 1997, p. 47).

Na tentativa de compreender esse silenciamento, levanto algumas hipóteses considerando as condições de produção desses textos que se aliam e se distanciam. Para Pêcheux (2010, p. 81), o efeito de sentidos não circula entre sujeitos que designam “organismos humanos individuais”, mas entre “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, os quais “estão representados

nos processos discursivos em que são colocados em jogo”. Em todo processo discursivo, portanto, funcionam formações imaginárias quanto a esses lugares, isto é, imagens que os participantes projetam de si mesmos e dos outros.

No caso da aliança estabelecida entre os sujeitos quanto à linguagem neutra, esse jogo de formações imaginárias pode justificar o silenciamento de ambas as partes. De um lado, a FD transfeminista, ao indicar o *Manual para uso não sexista da linguagem*, silencia que esse manual não concerne à inclusão de pessoas trans* na linguagem, mas sim de mulheres – apenas. É relevante o fato de que o texto inscrito na FD transfeminista foi publicado em um blog, um meio informal de divulgação de materiais e com pouca legitimação institucional; o Manual, por sua vez, foi elaborado por uma instituição com apoio governamental e com o objetivo de ser traduzido e reproduzido em toda a América do Sul. Assim, por ocuparem diferentes lugares na estrutura da formação social, um dispende de mais legitimidade do que o outro, frente à pergunta “quem sou eu para lhe falar assim?” (PÊCHEUX, 2010, p. 82), é compreensível que o lugar que dispõe de menos legitimidade (já que se trata de um suporte informal) silencie sua discordância diante daquele que dispõe de mais. Do outro lado, o Manual, representando uma posição que objetiva “fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para ambos os sexos nas instituições públicas” (MANUAL, p. 4), e frente à pergunta “quem é ele para que eu lhe fale assim?” (PÊCHEUX, 2010, p. 82), assume uma postura didática que trabalha com pré-construídos: existem homens e mulheres, e ambos devem ser incluídos na língua. Ora, se o modo de se referir às pessoas trans* não representa um consenso nem mesmo dentro da FD transfeminista, como demonstram as posições-sujeito identificadas nesta análise, é esperado que não se queira levar esse debate para o grande público a quem o Manual é didaticamente destinado.

Estabelecidas as hipóteses, retorno a Orlandi e as suas considerações sobre o silêncio:

se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 1997, p. 76).

Pautada nessa definição do silêncio como delineador das formações discursivas, consoante com a definição destas como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, enxergo o Manual inscrito numa Formação Discursiva diferente, que nomearei como FD feminista generificada. Ela se distancia da FD transfeminista devido à manutenção da binaridade de gênero e ao silenciamento sobre as pessoas trans*, mas se alia devido ao imaginário de língua como agente significativo contra a discriminação e às estratégias linguísticas propostas para tanto. Diferentemente do observado na FD transfeminista, não foram encontradas diferentes posições-sujeito na FD feminista generificada.

Tendo delineado as Formações Discursivas e as posições-sujeito, e considerando que elas não se constituem isoladamente, mas articulando seus saberes internos e externos, sintetizarei na próxima seção as relações identificáveis entre as FDs e suas posições-sujeito.

7 FORMAÇÕES DISCURSIVAS: ALIANÇAS E DISTANCIAMENTOS

Já explanamos a respeito da heterogeneidade da Formação Discursiva, diretamente relacionada com as modalidades de identificação do sujeito. Sobre essa heterogeneidade, Mittmann aponta que:

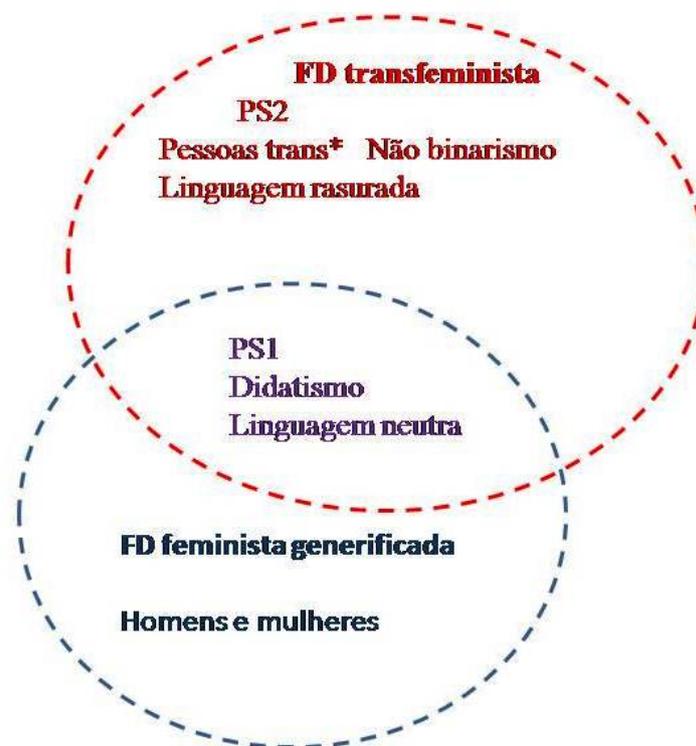
O contato entre formações discursivas e, portanto, a intervenção do interdiscurso furam suas fronteiras e impõe novos sentidos e novas posições-sujeito (os dois se constituem juntos) a uma formação discursiva particular à qual o sujeito se identifica. A rebeldia não surge da repetição do mesmo, surge do contato com outro (MITTMANN, 2010, p.90).

Podemos conceituar a FD, então, como um espaço de fronteiras porosas, permitindo que diferentes saberes nela adentrem e instaurem novos sentidos. Fica mais uma vez evidente como os conceitos de Formação Discursiva e de sujeito caminham juntos, visto que só é possível pensar em novas posições-sujeito quando se admite a heterogeneidade da FD.

No caso das FDs aqui delineadas, foi possível identificar tanto alianças quanto distanciamentos. A FD transfeminista e a FD feminista generificada se aliam quando discorrem sobre a função da língua enquanto ferramenta de combate à discriminação e à invisibilidade. Porém, quando são explicados os mecanismos da linguagem inclusiva, a PS1 da FD transfeminista se alia à FD feminista generificada,

enquanto a PS2 se afasta. Poderíamos enxergar aí o que Pêcheux classificou como mau e bom sujeitos, respectivamente. A PS1 se alia ao tom didático da FD feminista generificada, concordando com seus saberes e propondo formas linguísticas que facilitem a compreensão e incluam todas as pessoas; a PS2, por sua vez, afasta-se dos saberes da FD feminista generificada ao recusar seu didatismo e vê na rasura uma forma válida de chamar atenção para o debate. É fundamental observar que as FDs se distanciam na proposta de inclusão: para a FD transfeminista, todas as pessoas devem ser incluídas na linguagem, principalmente aquelas que não se encaixam num padrão binário de gênero (e isso é perceptível tanto na PS1 quanto na PS2); para a FD feminista generificada, as mulheres devem ser incluídas numa linguagem que tradicionalmente as exclui, mas somente elas. Essa FD silencia a existência de pessoas que não sejam nem homens nem mulheres e que, portanto, não se encaixem na inclusão ali proposta.

Proponho o seguinte esquema para representar essas alianças e distanciamentos:



Um funcionamento que se evidencia em ambas FDs é o da tensão entre língua fluida e língua imaginária. Por um lado, ao convocar novas regras de escrita e de fala que permitam a inclusão desejada, é a língua imaginária que é convocada, com

sua sistematização e suas regras, sobre as quais os sujeitos intentam intervir. Por outro, ao propor essas mudanças, convoca-se a língua fluida, pois é esta que está aberta a mudanças, a inovações, a movimentos contínuos que acompanhem as movimentações dos sujeitos. Assim, de modo quase contraditório, as duas categorias da língua embasam os embates entre as FDs em seus diferentes modos de representar a inclusão por meio da linguagem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cumprir da melhor forma possível o desafio de encerrar (ao menos provisoriamente) a análise aqui efetuada, recorro a Mittmann (2007) e à sua descrição do processo teórico-metodológico de uma analista do discurso:

efetuamos nosso gesto de recorrer sequências discursivas, isto é, nosso gesto arqueológico de relacionar sequências linguísticas, formando matrizes parafrásticas, definindo a Formação Discursiva dominante, delimitando suas fronteiras, ainda que estas fronteiras nos pareçam evidentes depois da análise “tão inconscientemente ciente” [...] Analisamos as relações entre as FD dominante e as demais FDs que a circundam (como aliadas ou opositoras), e assim relacionamos uma sequência discursiva a uma rede de memória (p. 157)

Nesta análise, originada pela curiosidade sobre os modos como o movimento feminista vem relacionando gênero e linguagem e baseada em sequências linguísticas que pareceram significativas para tratar do assunto, foi possível identificar duas Formações Discursivas que não estão completamente opostas nem completamente aliadas: elas se sobrepõem em alguns saberes e se distanciam em outros. Dentro desse jogo de aliança e distanciamento, as modalidades de identificação dos sujeitos permitiram enxergar duas posições-sujeito mais ou menos identificadas com os saberes de cada uma.

Se houvessem sido adotados para a análise outros critérios que não o gênero e as estratégias linguísticas a ele relacionadas, talvez as relações entre essas FDs se revelassem bastante diversas; talvez as próprias FDs deixassem de ser duas para se tornar uma – ou três, ou quinze –, visto que não é a partir do corpus que se desenvolve a análise, mas, sim, a partir do caminho que o analista define diante das direções que se expõem à sua frente (MITTMANN, 2007).

Assim, se, “a partir de uma questão que busca respostas” (MITTMANN, 2007, p. 153), tracei um caminho que relacionou língua, Formações Discursivas e posições-sujeito, não deixo de reconhecer a possibilidade de que outros conceitos pudessem ser relacionados de forma igualmente proveitosa. Considero, portanto, que esta análise possibilitou, quanto à temática aqui abordada, atar alguns nós. Ainda existem muitos outros a ser atados – o que reafirma a provisoriedade deste fechamento.

REFERÊNCIAS

DE NARDI, Fabiana Stockmans; GRIGOLETTO, Evandra. Entre o desejo da unicidade e o real da língua: o imaginário sobre línguas no processo de ensino-aprendizagem In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). **Língua, escola e mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias.** 1ª ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2011, p. 119-143.

HARAWAY, Donna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu [online]. 2004, n.22, p. 201-246

INDURSKY, Freda. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: Trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange Mittmann; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias: Sujeito e Língua.** 1ª ed. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta. A noção de língua para a Análise do Discurso. In: **Unoesc & Ciência** – ACHS. v.4 n.2, 2013.

MILNER, Jean-Claude. **O Amor da Língua.** Tradução de Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

_____. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. In: **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 6, p. 85-101, 2010

ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos.** 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Língua brasileira e outras histórias.** Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In : GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) ; tradução Bethania S. Mariani... [et al]. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

TRANS* – Termo guarda-chuva. Disponível em : <<http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>>. Acesso em 10 ago 2014.

CORPUS

DEIXANDO o X para trás na linguagem neutra de gênero. Disponível em: <<http://naobinario.wordpress.com/2013/08/01/deixando-o-x-para-tras-na-linguagem-neutra-de-genero/>>. Acesso em : 10 ago 2014.

MANUAL para o uso não sexista da linguagem. Disponível em: <<http://www.portaldegenero.com.br/sites/default/files/downloads/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>>. Acesso em : 10 ago 2014.

VISNADI, Marcos. Minimanual dx guerrilheirx linguísticx. In: **Revista Geni**, n. 3, set. 2013. Disponível em: <<http://revistageni.org/09/minimanual-dx-guerrilheirx-linguisticx>>. Acesso em 10 ago 2014.